

DINÂMICAS E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Maria Rita Manzano Borba¹

Resumo

O entendimento das variadas dinâmicas que incidem sobre o território amazônico desde a chegada dos europeus à região é fundamental para que façamos uma análise das políticas e estratégias de ordenamento regional que estão sendo formuladas e colocadas em prática na atualidade. O processo de ocupação e o desenvolvimento de um modelo econômico essencialmente extrativista são fenômenos que se reinventaram ao longo do tempo, sem que perdessem, no entanto, suas características iniciais e seu caráter “de fora para dentro”.

Neste contexto, atividades econômicas relacionadas à mineração fazem parte de um grupo que define o escopo do desenvolvimento regional, direta ou indiretamente, e dentro deste cenário é importante olharmos para as políticas, não apenas formuladas, mas aplicadas para a região.

Palavras-chave: Amazônia, desenvolvimento, mineração

Introdução

Para Aziz Ab'Saber o uso adequado das florestas tropicais estabelecerá um novo patamar civilizatório entre os homens e a natureza (2005). Tal afirmação pode ser a introdução de inúmeros estudos e análises sobre as dinâmicas que incidem sobre essas florestas, e mais especificamente sobre a Amazônia, cujo autor conhece tão bem.

Além do seu uso possibilitar um novo patamar no âmbito interno dos países que a compõem, o uso adequado da floresta amazônica pode representar um novo patamar

¹ Mestranda Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. Brasil. E-mail: maria.borba@usp.br

em nível global, seja por questões ligadas à conservação ambiental, seja pelo viés econômico, ou pelo conhecimento tradicional que existe na região.

Pensar no futuro da floresta amazônica requer a compreensão de múltiplos problemas que se entrelaçam no plano político, econômico, cultural e ecológico (Conti e Furlan, 2001) e essas questões políticas são, muitas vezes, mais complexas e diversificadas que a própria floresta.

Desde a colonização, a Amazônia vive um processo civilizatório exógeno. Ao mesmo tempo em que é rica pelos seus recursos naturais, biodiversidade e conhecimento adquirido de seus povos, a região enfrenta o constante desafio do crescimento econômico e do desenvolvimento, por meio de propostas elaboradas, sobretudo, por representantes do poder político, situados e advindos de fora da região.

Para Ribeiro (1995) a Amazônia talvez seja o maior desafio que o Brasil já enfrentou. Este desafio se dá por conta de sua ocupação, que vem sendo feita com uma dinâmica e vigor incomparáveis. Os projetos de estradas que atravessam toda a floresta incentivam povoamentos. Postos em prática de maneira incompleta, são abandonados e esquecidos juntamente com os migrantes atraídos pela região. Os investimentos astronômicos feitos em nome do progresso e da infra-estrutura são então injustificados e toda uma sociedade vê suas dinâmicas internas afetadas e transformadas por tais ações.

É fato que o conhecimento sobre as dinâmicas que incidem (incidiram) sobre esse território é fundamental para o uso adequado de seu território e recursos. O conhecimento sobre elas nos permitem entender como se deu a apropriação de seu território, identificando as iniciativas e seus impactos, tanto positivos quanto negativos, e permitindo uma reflexão sobre um modelo para futuras intervenções.

Neste artigo apresentamos, de forma breve e sucinta, as dinâmicas que incidiram sobre esse território e, conseqüentemente, sobre a sociedade que se formou na região, refletindo sobre como, a partir delas, se desenharam o(s) modelo(s) de desenvolvimento estabelecido(s) nesse território. Na parte final do artigo introduzimos uma também breve reflexão sobre a contribuição da atividade minerado para esse contexto.

Vale destacarmos que essas reflexões fazem parte de uma pesquisa maior que discute um caso específico de proposta de novo modelo de desenvolvimento, relacionada à atividade mineradora do estado do Pará¹, o projeto Juruti Sustentável, que não será abordado neste ocasião.

A floresta amazônica se estende por nove países sul-americanos: Brasil, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Guiana Francesa, Suriname e Guiana; abrangendo uma área total de cerca de 4,2 milhões km², dos quais 60% estão localizados em território brasileiro.

A Amazônia brasileira é um conjunto de paisagens e ecologias da América do Sul setentrional (Ab'Saber, 2005). Esta floresta, uma das mais importantes reservas genéticas do planeta e a maior extensão contínua de florestas-úmidas, apresenta características típicas de florestas tropicais úmidas, com solos do grupo dos latossolos podzólicos, cuja característica é a baixa disponibilidade de nutrientes minerais, criando um clima favorável à existência de um número infinito de formas de seres vivos (Conti e Furlan, 2001).

Sua institucionalização como “Amazônia brasileira” pode ser atribuída ao governo populista de Getúlio Vargas que criou, em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) com o objetivo de direcionar e coordenar os planos governamentais para a região. Em 1966, já no período de ditadura militar, a SPVEA foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) criando para efeito de ação governamental a chamada Amazônia Legal (Oliveira, 1989, p.11).

Segundo Ferreira e Salati, o Decreto-Lei de 1966 previa tratamento especial nos processos de colonização a serem ali estabelecidos e sua delimitação estava apoiada na homogeneidade paisagística, dada pela cobertura florestal. Para os autores, áreas de cerrado, que não condizem com a “uniformidade paisagística” da cobertura florestal amazônica, foram incluídas na Amazônia Legal a partir do conceito equivocado de vazio demográfico que buscou legitimar as políticas territoriais do governo militar sob o lema de “integrar para não entregar” e “abrir estradas é levar progresso” (2005: 26). Mesmo não representando uma uniformidade sob o ponto de vista ecológico, a institucionalização da Amazônia Legal permitiu delimitar o conhecimento de sociedades locais que foram resistindo às diversas dinâmicas de ocupação, construindo e reconstruindo seu modo de vida e compondo assim a chamada sociodiversidade amazônica.

Dinâmicas amazônicas

Assim como Oliveira (1989) e Becker (2006a), partimos do pressuposto de que as dinâmicas incidentes sobre a Amazônia devem ser compreendidas a partir das formas conflituosas de sua apropriação pelos diferentes atores políticos, econômicos e sociais. Sua história não deixa de ser uma história de conflitos que definiram, e ainda definem, sua organização e ordenamento territorial.

Não é de hoje que a Amazônia é considerada por muitos como uma grande área de expansão, seja ela estrutural, populacional ou do capital nacional, internacional e/ou transacional e podemos utilizá-la para exemplificar o que Santos define por território, sendo esse “o lugar onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (Santos, 2002: 13).

O conhecimento sobre as dinâmicas de ocupação dessa região, cuja população corresponde, em 2010, a 8,4% da população nacional de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é essencial. Adotamos o viés proposto por Becker, que identifica três grandes períodos na formação da região: 1) Formação Territorial, de 1616 a 1930; 2) Planejamento Regional, de 1930 a 1985; e 3) o que a autora chama de “a Incógnita do *Heartland*”, e que chamaremos de “pós-1985”. A essa abordagem somamos a análise de Ribeiro (1995) que nos remete à época da incorporação da região ao Brasil por meio de herança do patrimônio colonial português, pela unidade de formação cultural fundada nas mesmas matrizes básicas, e à emigração de cerca de meio milhão de nordestinos conduzidos à Amazônia nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras no século XX para a exploração dos seringais nativos.

Pré-1930 ou Formação Territorial

De acordo com Ribeiro, ao contrário de outras regiões que se caracterizaram pelo modelo histórico do engenho de açúcar, das grandes lavouras comerciais ou das grandes fazendas de gado, a instituição econômica da Amazônia pautou-se no extrativismo, que ele chama de “empresa extrativista florestal”, que tem sua origem nos primórdios do processo colonizador da região. Segundo o autor, esse modelo teve início com a ocupação portuguesa do rio Amazonas, cujo objetivo inicial (e oficial) era

expulsão dos franceses, holandeses e ingleses, deserdados do Tratado de Tordesilhas, que procuravam se instalar nas vizinhanças da desembocadura do rio.

O conflito levou à construção de fortificações que passaram a operar como feitorias, traficando com os índios aliados as chamadas drogas da mata, em troca de quinquilharias. Ao longo do tempo, os portugueses perceberam o valor comercial dessas especiarias extraídas da floresta, sobretudo em substituição às especiarias trazidas das Índias, e se empenharam em racionalizar e ampliar este negócio, desencadeando a escravização dos índios.

Este processo, juntamente com o desenvolvimento de uma economia regional, levou a um processo de miscigenação e formação de uma nova população que, assim como os índios, localizava e coletava na mata as especiarias cujo valor comercial tornava viável a ocupação da Amazônia.

A apropriação do território neste período foi lenta e gradativa até que, entre 1850 e 1899, surgiu a preocupação do Império com a internacionalização da navegação no Amazonas e teve início o primeiro ciclo da borracha.

Para Ribeiro, primeiro ciclo da borracha representa também a primeira onda de violência que recaí sobre a nova sociedade, pois obrigou a população local a dividir o espaço com migrantes oriundos de todo o país, principalmente do nordeste. Ainda segundo ele, a configuração territorial da Amazônia nesta época foi determinada pela forma dispersa como a seringueira se distribuiu, o que resultou numa baixa densidade demográfica, caracterizada pela população dispersa ao longo dos cursos d'água por todo o imenso vale, impondo a criação de um sistema de comunicações baseado exclusivamente na navegação fluvial, que se mantém até os dias de hoje.

De acordo com Becker (2006a), foi entre 1899 e 1930 que se completou a formação territorial com os limites da região, sobretudo em decorrência do trabalho da diplomacia brasileira e do controle interno do território pelo Exército.

1930 a 1985, ou Planejamento Regional

A partir de 1930 inicia-se a fase que Becker denomina de planejamento regional, que compreende o governo de Getúlio Vargas e a criação da SPVEA; o governo de Juscelino Kubitchek com seu caráter declaradamente desenvolvimentista que, entre outras coisas, promoveu a alteração do eixo político, do sudeste para o centro do país, a

construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre; o governo militar e a criação da SUDAM e a delimitação política da Amazônia Legal.

O planejamento regional, propriamente dito, tem início apenas a partir de 1966. Com a política criada a partir do final da década de 60, que incluía a expansão da fronteira florestal, muito bem delineada hoje pela fronteira agrícola e pelos fluxos de mercadorias e produção inseridos nesse contexto, o governo brasileiro, por meio de suas estratégias de desenvolvimento, atuou para eliminar os obstáculos à exploração dos recursos naturais, acelerando a circulação de mercadorias na região amazônica, por meio de projetos de infra-estrutura.

O projeto geopolítico de ocupação da Amazônia foi considerado prioritário pois a ocupação era vista “como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura” (Becker, 2006a: 26). Além dessa preocupação, havia ainda a “prevenção” à formação de focos revolucionários, a intensa migração dos países vizinhos em direção à área de fronteira, além do início do discurso de internacionalização da floresta.

Para acelerar a ocupação da região o governo brasileiro lança mão de uma poderosa estratégia territorial. A implantação de uma parcela considerável da logística necessária à integração e circulação no espaço nacional, favoreceu a expansão de empresas e de grandes propriedades agropecuárias. Não só as redes “físicas” (viária, energética e de comunicações) foram implementadas, mas também incentivos fiscais foram concedidos, sobretudo linhas de financiamento para projetos agropecuários, agroindustriais e madeireiros (Mello, 2006), deixando clara a relação intrínseca entre a infra-estrutura “física” e a política de incentivo financeiro. Delineou-se, desta forma, o modelo de desenvolvimento econômico, político e social para a Amazônia Brasileira, no que Becker considera, em sua leitura de Lefebvre, um claro exemplo do que ele chamou de “a produção do espaço” pelo Estado, segundo o qual (interpretado por ela) após a construção do território, fundamento concreto do estado, este passa a produzir um espaço político, o seu próprio espaço, para exercer o controle social, espaço constituído de normas, leis, hierarquias. Para isso, impõe sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação (Becker, 2006a: 26).

De acordo com Becker (2006), as mudanças pelas quais passou a Amazônia nas décadas de 1970 e 1980 são, sobretudo, estruturais, apresentadas pela autora em três diferentes frentes.

A primeira diz respeito à conectividade, uma vez que a região era voltada para o exterior até as décadas de 1950/60, praticamente desligada do território nacional. Com a construção de estradas e a instalação de redes de telecomunicações, o estabelecimento de parcerias em várias escalas tornou-se possível.

A segunda frente está relacionada a mudanças de ordem econômica. De forte base extrativista, a região passa a contar com uma importante indústria local, extremamente representativa no setor mineral e de produção de bens de consumo duráveis.

A terceira, por sua vez, refere-se a estrutura de povoamento. Antes ao longo dos rios, as cidades passaram a se estabelecer ao longo das novas rodovias, mudando o eixo de ocupação.

Todas essas mudanças convergiram para uma quarta, intimamente ligada à transformação na organização da sociedade. Foram as mudanças na organização da sociedade civil na Amazônia que acarretaram a formação e o fortalecimento de “grupos sociais, projetos alternativos, movimentos socioambientais que efetivamente dominaram o cenário regional, especialmente no período entre 1985 e 1996” (2006a: 25).

Ainda na década de 1970, foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1970-1972) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) cujos resultados alcançados foram, respectivamente, fortalecer os processos de integração nacional e a expansão da fronteira econômica em direção ao Centro-Oeste, ao Nordeste e à Amazônia, e marcar uma nova etapa para o fortalecimento da integração nacional por meio da estratégia de “ocupação produtiva da Amazônia”, através de incentivos fiscais (Mello, 2006: 29).

Com a crise do petróleo e o aumento da dívida externa, causado pela elevação das taxas de juros no mercado internacional, esse modelo sofreu um esgotamento e seu último grande projeto foi a Calha Norteⁱⁱ, em 1985 (Becker, 2006a).

Estava dado o grande passo em relação à configuração territorial da região. Tais políticas, operacionalizadas no território, criaram o suporte físico e institucional para a implementação de grandes empreendimentos na região, resultado de um modelo de desenvolvimento fomentado a cada novo governo, e apresentado na forma de políticas

públicas. Essas novas configurações estruturaram o espaço para avanço e consolidação da economia capitalista, fazendo do território “o suporte, palco e objeto de sua reprodução” (Costa, 1997: 55).

A fase de planejamento regional terminou em 1985, quando esgota-se o modelo do nacional desenvolvimentismo e quando, ao mesmo tempo em que o país atravessa uma crise econômica, o movimento social, principalmente ambientalista, se fortalece.

Vale lembrar que, enquanto no contexto nacional o governo militar se enfraquece, abrindo espaço à organização dos movimentos sociais, no contexto internacional, a década de 1980 é marcada pelo fortalecimento da temática ambiental nas discussões políticas, em resposta ao movimento iniciado pelo Clube de Roma, 1968, pela Conferência de Estocolmo, em 1972 e seus desdobramentos como o relatório *Nosso Futuro Comum*.

Sob essa influência, somada às parcerias que as mudanças na conectividade proporcionaram, o movimento social organizado adquire força e “mostra a cara da Amazônia” para o Brasil e para o mundo. O movimento dos seringueiros no Acre, liderados por Chico Mendes, se alia ao movimento ambientalista internacional, assumindo um papel protagonista em defesa da floresta tropical e de seus habitantes.

Pós-1985

O ano de 1985 pode ser considerado o marco de dois processos opostos, já apresentados anteriormente. Um deles é representado pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista iniciado na era Vargas; o outro é a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), simbolizando um movimento de resistência social (Becker, 2006a: 27). É neste momento que o debate político se abre para a incorporação da dimensão ambiental, associando-a a temas de ordem social, o que mais tarde transforma-se na dimensão “socioambiental” (Porto-Gonçalves, 2001; Veiga, 2007).

Em 1992, o Brasil sedia a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92. O governo brasileiro foi um dos principais articuladores, o que lhe permitiu manter certo controle sobre as discussões a respeito da Amazônia. Ainda assim esteve aberto para debater, aceitar e adotar políticas experimentais de gestão dos recursos naturais e conservação da biodiversidade (Mello,

2006). Dentre as iniciativas apresentadas está o programa piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, o PPG7.

Estas iniciativas estão inseridas no que Becker chama de vetor tecnocológico (VTE), que predomina entre 1985 e 1996, configurando na Amazônia uma fronteira socioambiental.

A partir de 1996, inicia-se uma nova fase no processo de ocupação regional, caracterizada por políticas paralelas e conflitantes, onde ocorre a retomada do planejamento territorial pelo Estado, fortalecendo o vetor tecnoindustrial (VTI), que

“reúne projetos de atores interessados na mobilização de recursos naturais e de negócios, tais como empresários, bancos, segmentos dos governos estaduais e federal, e das Forças Armadas. Sua dinâmica na década de 1990, induzida pelos Programas Brasil em Ação (1996) e Avança Brasil (1999) pautados nos Eixos Nacionais de Integração, favoreceu a retomada de forças exógenas interessadas na exploração de recursos para exportação, conflitando diretamente com a fronteira socioambiental”. (Becker, 2006a: 29).

Atualmente, a Amazônia é justamente palco dos conflitos entre os vetores apresentados por Becker. De um lado a abordagem ambientalista, de outro a tecnológica, ambas inseridas num contexto pós desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, vive-se o dilema entre a possibilidade ou não de convivência harmônica entre o econômico, o ambiental e o social.

A região amazônica é produto das interações sociedade-natureza ao longo do tempo. As questões ecológicas e de pobreza que se configuram no recorte territorial “não existem em função do nível de desenvolvimento, mas sim do modelo adotado” (Ferreira e Salati, 2005). Nesse sentido, Claval (1997) vê a Amazônia como uma espécie de laboratório para as pessoas que desejam entender as possibilidades do desenvolvimento sustentável. Para ele, a política de abertura da floresta, vigente nas décadas de 1960 e 1970, produziu resultados catastróficos sob os aspectos social e ecológico. Nos anos 1990, no entanto, houve uma organização da sociedade civil em prol da biodiversidade e do desenvolvimento de novas tecnologias que permitiram o acesso a padrões mais eficazes para o crescimento e o reforço das comunidades locais (1997, p. 459). A partir de então, a política para a Amazônia conta com a definição de zonas de proteção.

A política ambiental federal definiu unidades de conservação e zonas de proteção, entre elas os projetos de Reservas Extrativistas, Terras Indígenas e Corredores Ecológicos. Fundamentalmente territoriais, por terem seus espaços delimitados de maneira precisa. Esses projetos, no entanto, não estão inseridos dentro de uma estratégia territorial ampla para a região, como foram os projetos de desenvolvimento e colonização, apresentando um caráter de ação territorial pontual (Mello, 2006) e contrastando com as atuais políticas de desenvolvimento para a região.

A mineração e o desenvolvimento na Amazônia – algumas considerações

A partir das dinâmicas que incidiram (e incidem) sobre a Amazônia, podemos entender um pouco mais sobre o modelo de desenvolvimento pensado para a região, dentro do qual a mineração ganha destaque, não apenas por sua importância econômica, mas também pelo papel que a indústria da mineração exerceu (exerce) no ordenamento territorial da região.

Dentre os diversos grandes empreendimentos de mineração podemos encontrar modelos que ora se parecem, ora se diferem, ora são repetições frias de experiências já vividas, ora são experiências únicas – ou que, ao menos, buscam ser. Em comum, esses grandes empreendimentos alteraram para sempre as dinâmicas regionais dos locais nos quais foram inseridos.

A mineração em escala industrial na Amazônia teve início na década de 1940 e por quase vinte anos concentrou-se na exploração de manganês na Serra do Navio, no Amapá. Esse quadro se modificou com as políticas governamentais citadas anteriormente, com necessidade de “ocupar” a Amazônia. Essas políticas pressupunham a firme articulação de interesses privados e o estabelecimento de uma ampla política de incentivos fiscais e creditícios, na qual se enquadravam as grandes empresas minero-metalúrgicas (Monteiro, 2005; Oliveira, 1989; Mello, 2006).

Na década de 1970 tem início a exploração de bauxita no Rio Trombetas pela *Aluminium Limited of Canada* (Alcan) com posterior apoio da Companhia Vale do Rio Doceⁱⁱⁱ (CVRD), parceria que resultou na formação da Mineração Rio do Norte (MRN), localizada no Vale do rio Trombetas, no município de Oriximiná, noroeste do Pará. Para Monteiro (2005), foi a partir de então que inúmeras outras empresas de grande porte se

estabeleceram na Amazônia em função da exploração de riquezas minerais, fossem elas mineradoras, construtoras, fornecedoras de energia.

Oliveira (1989) e, mais detalhadamente, Valverde (1989) fazem uma análise crítica a respeito dos empreendimentos mineradores na Amazônia. O primeiro traça interessantes paralelos entre a prospecção mineral e interesses internacionais, enquanto o segundo apresenta uma análise profunda e dura sobre o projeto Grande Carajás^{iv} (PGC) e suas implicações para o desenvolvimento regional.

Sabe-se que esses grandes empreendimentos em si não impactaram a região apenas de forma direta. Acoplado a eles está toda uma malha de infra-estrutura, sem a qual a atividade econômica não seria possível. Para citar um exemplo, a exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte, no vale do Rio Trombetas, esteve diretamente relacionada à implantação do projeto Albrás-Alunorte (Alunorte: beneficiamento de bauxita em alumina; e Albrás: transformação da alumina em alumínio) em Barcarena, nos arredores de Belém, Pará; para a geração de energia suficiente para abastecer esse pólo industrial, a Eletronorte construiu Tucuruí, no Rio Tocantins, que, por sua vez, é alvo de duras críticas por parte de movimentos ambientalistas.

Merece destaque o fato de as atividades mínero-metalúrgicas, em geral, demandarem processos produtivos desenvolvidos e implementados em contextos sociais, culturais e ecológicos muito diferentes do contexto da região norte do país e com isso passam a apresentar dificuldades de interação com realidades e atores com os quais a mínero-metalurgia tem enorme dificuldade de inter-atuar, assumindo, frequentemente uma postura conflitante e antagônica com relação ao “diferente” (Monteiro, 2005). Além disso, os atores responsáveis por essas atividades são, em geral, agentes sociais e econômicos cuja trajetória é

marcada pelo reforço a um projeto de desenvolvimento regional assentado na concentração de renda, na homogeneização dos processos produtivos e na desvalorização do capital natural da região e cujos *habitus* os distanciam da possibilidade de estabelecerem redes de relações sociais, econômicas, políticas e ambientais que sejam impulsionadoras do desenvolvimento regional baseado na construção de arranjos produtivos locais capazes de alimentarem localmente dinâmicas de inovação que favoreçam o estabelecimento de processos produtivos cujo diferencial de competitividade não esteja baseado, tão somente, na

utilização, a baixo custo, de recursos e serviços ambientais (Monteiro, 2005:204).

Monteiro coloca ainda a pergunta sobre a viabilidade de processos de desenvolvimento regional realmente “verdadeiros” para a Amazônia, e acrescenta que as propostas de desenvolvimento regional são uma possibilidade, ainda distantes de serem uma realidade,

uma vez que isso implica confronto com interesses econômicos, visões de mundo, com o tradicionalismo de diversas ordens e instituições etc., o que requer firmeza e clareza estratégica dos dirigentes políticos, a edificação de uma institucionalidade pública na Amazônia que seja permeável à pluralidade de forças que expressam sua diversidade cultural e, sobretudo, a ampla mobilização dos diversos segmentos sociais comprometidos com um novo tipo de desenvolvimento regional (Monteiro, 2005:205).

Nos parece que o grande desafio hoje ao imaginarmos um modelo de desenvolvimento para a Amazônia brasileira é conhecer os processos e políticas que já incidiram sobre a região e as configurações decorrentes de tais ações para, a partir daí, juntamente com a sociedade local debater alternativas que podem levar, inclusive, a um redefinição da própria ideia de desenvolvimento.

Referências

AB’SABER, Aziz (2005). Problemas da Amazônia Brasileira. *In: Estudos avançados*, vol.19, no. 53, p. 7-36. São Paulo: IEA.

BECKER, Bertha K. (2006). A Amazônia e a política ambiental brasileira. *In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial* (2a. Edição ed., p. 25-40). Rio de Janeiro: DP&A.

BECKER, Bertha K. (2006a). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.

-
- CLAVAL, Paul (1997). A geopolítica e o desafio do desenvolvimento sustentável. *In:* Becker, Bertha, & Miranda, Mariana. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- COSTA, Wanderley M. (1997) *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- MELLO, Neli Aparecida de. (2006) *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu (2005). Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *In: Estudos Avançados*, vol.19, no.53, p.187-207. São Paulo: IEA.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (1989) *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2000). *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- RIBEIRO, Darcy. (1995) *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2^a edição, 16^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, Milton (2002). O dinheiro e o território. *In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2a ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- VALVERDE, Orlando. (1989) *Grande Carajás: planejamento da destruição*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- VEIGA, José Eli da. (2007) *A emergência socioambiental*. São Paulo: SENAC.
- VEIGA, José Eli da. (2008) *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.

ⁱ Pesquisa desenvolvida sob o título “A exploração de bauxita no município de Juruti e o projeto ‘Juruti Sustentável’: uma proposta viável para um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia?”.

ⁱⁱ Programa de desenvolvimento e defesa da fronteira norte do país, idealizado pela Escola Superior de Guerra, abrangendo uma faixa territorial ao norte da calha do rio Solimões e do rio Amazonas.

ⁱⁱⁱ Apesar de existir até hoje, sob o novo nome de Vale, consideramos a CVRD como uma outra empresa, visto que suas características acionárias eram outras. Portanto, sempre que nos referirmos ao período pré-privatização, usaremos o nome Companhia Vale do Rio Doce, ou simplesmente CVRD.

^{iv} O PGC situa-se em área considerada como a mais rica área mineral do planeta, que compreende cerca de 900 mil km², e é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, no sudoeste do Pará, norte de Tocantins e oeste do Maranhão.